

Senado pode votar projeto de vale-cultura para o trabalhador

Proposta que visa à democratização do acesso a produtos e serviços culturais tramita em regime de urgência, juntamente com as novas normas para a política de assistência técnica e extensão rural – ambas de iniciativa do governo federal e já aprovadas pela Câmara dos Deputados

O projeto do governo que institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale-cultura está na ordem do dia do Plenário do Senado. O vale, que será aceito

em todo o país, dará acesso a produtos e serviços culturais. O benefício – de R\$ 50 mensais – será oferecido preferencialmente a trabalhadores com renda de até cinco salários mínimos,

que contribuirão com o máximo de 10% desse valor. Conforme a proposição, até 2014 o valor gasto pelas empresas com a aquisição do vale-cultura poderá ser deduzido do Imposto de

Renda devido com base no lucro real. Antes do vale-cultura, os senadores devem votar a proposta que institui política de assistência técnica e extensão rural. **3**

Em debate, mudança no INSS das empresas

Seminário organizado por comissões do Senado e da Câmara discutirá hoje a substituição do recolhimento do INSS das empresas por uma contribuição de 0,50% sobre a movimentação financeira. **5**

Comissão discutirá reestruturação do sistema financeiro

Proposta em exame na Comissão de Constituição e Justiça formaliza a autonomia do Banco Central e define os serviços que serão prestados obrigatoriamente e sem cobrança de tarifas. **4**

Proposta que pune homofobia pode ter votação adiada

Motivo de polêmica, a proposta que criminaliza a homofobia está na pauta de amanhã da Comissão de Direitos Humanos, mas será adiada em caso de aprovação de pedidos de audiências sobre o tema. **6**

Especialistas cobram liberdade de ação para as agências reguladoras

Participantes de audiência pública na Comissão de Infraestrutura defenderam ontem a necessidade de mais autonomia técnica e financeira para as agências reguladoras. Eles

discutiram a proposta da Lei Geral das Agências Reguladoras, encaminhada ao Legislativo pelo governo federal, e chegaram a um consenso: é preciso livrar o processo de indi-

cação de dirigentes dessas agências de qualquer ingerência política. A separação nítida das atribuições das agências e de ministérios também foi defendida. **8**



Ralph Lima (E), Wanderlino Teixeira, Fernando Collor e Luiz Alberto durante a audiência pública que discutiu o projeto da Lei Geral das Agências Reguladoras

Projeto do Orçamento da União para 2010 deverá ser examinado no dia 17

O projeto do Orçamento da União para o próximo ano poderá ser votado pelo Plenário do Congresso Nacional no dia 17, caso sejam cumpridos to-

dos os prazos de tramitação da matéria na Comissão Mista de Orçamento. A previsão foi feita ontem pelo relator-geral do Orçamento, deputado Geraldo

Magela.

A expectativa é que a votação dos dez relatórios setoriais seja concluída ainda esta semana na Comissão Mista de Orçamento.

Na avaliação do relator-geral, é pequena a possibilidade de os partidos de oposição obstruírem os trabalhos no colegiado, como ocorreu no ano passado. **7**

Senadora destaca meta do governo brasileiro de reduzir emissões de gases do efeito estufa entre 36,1% e 39% até 2020, além de diminuição do desmatamento em 80%

Serys confia em tratado eficaz para proteger ambiente

AO REFERIR-SE À 15ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), que foi iniciada ontem, em Copenhague, Serys Silhessarenko (PT-MT) afirmou que dados concretos demonstram que é o ser humano que está "machucando a natureza", não só do Brasil, mas de todos os países do mundo.

A senadora disse que há dois anos vem participando de reuniões sobre mudanças climáticas na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e que esteve recentemente em Copenhague, em companhia de outros parlamentares brasileiros, para entregar um documento, como contribuição ao ministro do Meio Ambiente da Dinamarca, Sune Troels Poulsen.

Serys assinalou que o Protocolo de Kyoto expira em 2012 e o que vier depois deverá ter a força da proteção ambiental, mesmo com o desenvolvimento econômico necessário para eliminar a pobreza. Lembrou que o Congresso Nacional tem aprovado leis importantes e o governo estabeleceu meta voluntária de redução na emissão de gases de efeito estufa, até 2020, de 36,1% a 39%, além de 80% para redução do desmatamento, este



Serys afirma que o ser humano "está machucando a natureza"

tendo como referência o período de 1995 a 2005.

Participação

A COP-15 conta com a participação de senadores brasileiros, como Marina Silva (PV-AC), ex-ministra do Meio Ambiente, e José Nery (PSOL-PA). Outros senadores devem comparecer a partir do dia 14, como Cristovam Buarque (PDT-DF), Fátima Cleide (PT-RO), Jefferson Praia (PDT-AM), Tião Viana (PT-AC) e Aloizio Mercadante (PT-SP).

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) também estará na conferência, mas na condição de presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Ideli anuncia MP para ajudar estados atingidos pelas chuvas

Ideli Salvatti (PT-SC), líder do governo no Congresso, disse em Plenário que o Executivo deverá editar nos próximos dias uma medida provisória com o objetivo de socorrer as vítimas das enchentes provocadas pelas chuvas, especialmente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

A senadora afirmou que Santa Catarina deverá receber ainda recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia no valor de aproximadamente R\$ 15 milhões. O dinheiro, segundo ela, será utilizado na compra de equipamentos meteorológicos para aprimorar a previsão local do tempo, já que algumas regiões do estado não possuem cobertura completa de radar.

Mudanças climáticas

A líder disse ainda que espera ver aprovadas nesta semana, pela Câmara, as mudanças introduzidas pelo Senado na Política Nacional de Mudança do Clima, para que a proposta possa ser sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva até o encerramento da 15ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), que começou ontem e prossegue até o



Ideli: Câmara deve aprovar Política de Mudança do Clima ainda esta semana

dia 18, na Dinamarca.

A senadora assinalou que gostaria de ter ido a Copenhague participar da conferência, mas explicou que o "aquecimento político" dos últimos dias vem exigindo a sua permanência em Brasília para a coordenação de matérias que ainda precisam ser votadas neste ano pelo Congresso, a exemplo do Orçamento de 2010 e de quase 60 créditos extraordinários que se encontram na pauta de votações.

Bolívia

Em seu discurso, Ideli também saudou o povo boliviano pela reeleição, no domingo, do presidente Evo Morales, que já contaria com mais de 60% dos votos do eleitorado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário analisa política de extensão rural

A sessão deliberativa tem início às 14h. A pauta está trancada pelo projeto de lei (PLC 219/09) que institui política de assistência técnica e extensão rural e estabelece programa para o setor.



CMO vota relatório sobre emendas ao Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) vota, às 14h, no Plenário 2 da Câmara, o relatório do Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas sobre as emendas coletivas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2010.

CAS discute trabalho de motorista

As condições de trabalho dos motoristas profissionais serão debatidas em audiência pública, às 9h, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Participam do debate, entre outros, Clésio Andrade, presidente da Confederação Nacional do Transporte; Omar José Gomes, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres; Nélio Sebastião Botelho, presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro; e Luiz Antonio Festino, diretor de Assuntos Trabalhistas, Segurança e Saúde no Trabalho da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Projeto exige participação em reuniões de pais para Bolsa Família

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) examina, às 11h, entre os 25 itens em pauta, proposta (PLS 449/07) que inclui

a participação dos pais em reuniões escolares como condição adicional para o recebimento de benefício do programa Bol-

sa Família. Também na pauta, o PLS 492/08, que cria programa de crédito educativo para pós-graduação.

Comissão apresenta relatório final sobre CPP

Apresentação, às 14h, do relatório final da Comissão de Reforma do Código de Processo Penal (CPP) destinada a examinar o projeto (PLS 156/09) que reforma o código.

Trabalhador pode aplicar FGTS no pré-sal

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa, às 10h, projeto que autoriza os titulares de conta no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a destinarem até 10% de seu saldo a fundos de investimentos que aplicam recursos em proje-

tos de exploração de petróleo e gás natural na área do pré-sal. Outro projeto concede a pessoas carentes ou de baixa renda anistia dos foros e das taxas de ocupação devidos à União nos últimos cinco anos, relativos a terrenos de marinha.

Seminário da CCT examina proposta sobre INSS

Proposta de substituição do recolhimento da contribuição das empresas para o INSS sobre a folha de pagamento por outra contribuição – de 0,5% sobre a movimentação financeira – será tema de seminário realizado, às 14h, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, e por quatro comissões da Câmara. Participam o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Armando Monteiro Neto; o secretário municipal do Desenvolvimento Econômico e Trabalho de São Paulo, Marcos Cintra; e os ministros Carlos Lupi, do Trabalho e Emprego, José Pimentel, da Previdência Social, e Guido Mantega, da Fazenda.

Congresso faz homenagem a marinheiros

O Congresso Nacional realiza, às 10h, no Plenário do Senado, sessão solene destinada a comemorar o Dia do Marinheiro.

Propriedades da babosa em debate na Comissão de Agricultura

Audiência pública, às 9h30, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), discute os critérios adotados para registro e regulamentação do uso de aloe vera, planta popularmente conhecida como babosa. O objetivo é conhecer melhor as propriedades do produto, para a sua correta classificação. Estão convidados para o debate Bill Coats, diretor-executivo do International Aloe Science Council (IASC); e representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Diretor da ANA apresenta resultados de sua gestão

O diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), José Machado, apresenta à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) os resultados de sua gestão. A reunião, às 10h, tem ainda como convidado o presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, Francisco de Assis de Souza Filho. Na segunda parte da reunião, a CMA examina, entre os 13 itens em pauta, proposta que tipifica o comércio de fosséis como crime. Outro projeto obriga o estabelecimento de ensino a divulgar a lista de material escolar 45 dias antes da data final para matrícula.

Documentário sobre Jango recebe prêmio

O filme *Jango em três atos*, produção da TV Senado, foi o grande vencedor do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo na categoria documentário.

O prêmio é oferecido pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) e pela Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Rio Grande do Sul, e

tem o apoio da Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Brasil.

O documentário tem direção do jornalista Deraldo Goulart e conta, desde a infância, a história do presidente deposto pelo golpe militar de 1964, trazendo relatos de vários personagens dos fatos que culminaram com a

queda de Jango e a instauração do regime militar.

O prêmio, instituído em 1984 para estimular o trabalho dos profissionais do jornalismo na denúncia das violações e na vigilância ao respeito aos Direitos Humanos, será entregue na quinta-feira, às 20h, no auditório da OAB-RS.

Semana da pessoa com deficiência homenageia Braille

A 5ª edição da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, que o Senado realiza anualmente, ocorrerá entre os dias 15 e 18 deste mês e vai celebrar o bicentenário de nascimento de Louis Braille, o criador do sistema de leitura para cegos. Com esse evento, o Senado quer chamar a atenção para os problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência e divulgar ações e tecnologias capazes de otimizar o acesso ao trabalho e facilitar a rotina desse segmento da população.

Nascido em 1809 em Coupvray, na França, Braille ficou cego aos 3 anos de idade, depois de um acidente doméstico. Com apenas 15 anos, criou um sistema de células com seis pontos que possibilitaria a leitura com a sensação tátil dos dedos das mãos. Exceto por algumas pequenas melhorias, o sistema permanece basicamente o mesmo até hoje.

Será realizada uma sessão plenária no dia 15 em homenagem a Braille, com a apresentação dos alunos cegos da Escola de Música de Brasília. Na programação da semana, estão também audiências públicas de comissões e a presença da Turma da Mônica, com bonecos que reproduzem os personagens dos quadrinhos. O cartunista Mauricio de Sousa estará presente, autografando as revistinhas de acessibilidade da Turma da Mônica.

Parlamentares celebram o Dia do Marinheiro

O Congresso Nacional realiza hoje, às 10h, sessão solene em comemoração ao Dia do Marinheiro, celebrado em 13 de dezembro, data de nascimento do Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré, patrono da Marinha do Brasil.

A data foi instituída em 1925, pelo então ministro da Marinha, Alexandrino Faria de Alencar, em reconhecimento aos serviços prestados pelo Marquês de Tamandaré ao país. Nascido em Rio Grande (RS), em 1807, faleceu em 1897 no Rio de Janeiro. Por iniciativa do Congresso, o almirante entrou para o *Livro dos Heróis da Pátria*.

Os feitos de Tamandaré incluem ajuda na pacificação de Pernambuco durante a Revolução Praieira e o resgate do navio português *Vasco da Gama*, sob iminente risco de naufrágio, rebocando-o em meio a uma tempestade nas proximidades do Rio de Janeiro.

Com 15 anos, na guerra pela independência do Brasil, embarcou na fragata *Niterói*, em perseguição à esquadra portuguesa em fuga da Bahia. Fugiu de maneira audaciosa do cárcere argentino durante a Guerra Cisplatina, liderando a tomada do navio que levava oficiais e marinheiros capturados. Atuou na Revolta dos Cabanos, no Pará, contra a Sabinada, na Bahia, e na Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul.

Conforme proposta, instrumento que facilitará o acesso de trabalhadores de menor renda a espetáculos, livros e museus será concedido pelas empresas, preferencialmente, a quem percebe até cinco salários mínimos – R\$ 2.325

Senado pode votar hoje projeto que cria vale-cultura para o trabalhador

O PROJETO DO governo que institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale-cultura deverá ser votado hoje pelo Plenário. O vale, que será aceito em todo o país, dará acesso aos produtos e serviços culturais. A proposta tramita em regime de urgência.

O primeiro item da pauta da sessão deliberativa continua sendo o PLC 219/09, que institui política de assistência técnica e extensão rural e estabelece programa para o setor. Essa matéria também está em regime de urgência e tranca a ordem do dia do Plenário.

Segundo o PLC 221/09, o vale-cultura será oferecido preferencialmente a trabalhadores com renda mensal de até cinco salários mínimos (R\$ 2.325). Quando o benefício estiver garantido aos empregados que recebem até esse teto, o vale

deverá ser estendido aos demais trabalhadores.

O valor mensal do vale-cultura, por usuário, será de R\$ 50. Para trabalhadores com renda mensal de até cinco salários mínimos, poderá ser descontado percentual máximo de 10% desse valor. Acima dessa faixa de renda, o desconto ficará entre 20% e 90%, de acordo com a respectiva faixa salarial. O vale será disponibilizado, preferen-

cialmente, por meio magnético, e ficará a critério do trabalhador receber ou não o benefício.

Dedução

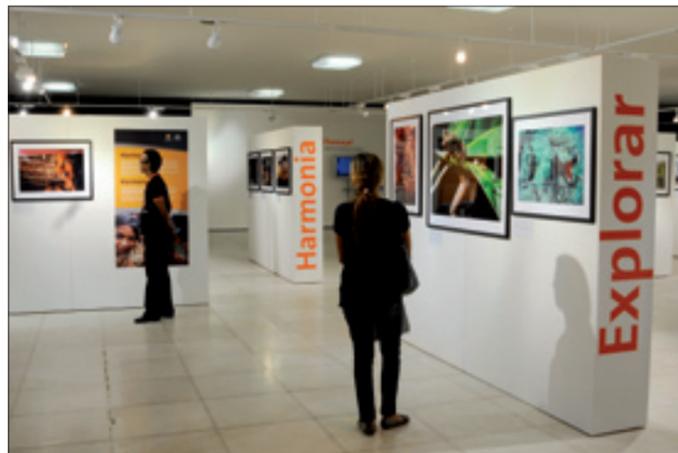
Conforme a proposição, até o exercício de 2014 o valor despendido pelas empresas com a aquisição do vale-cultura poderá ser deduzido do Imposto de Renda devido com base no lucro real. A dedução será limitada a 1% do tributo devido.

Segundo a relatora da matéria na CAE, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), o projeto é um importante instrumento para valorização da cultura e democratização do acesso aos produtos e serviços culturais, "representando verdadeiro e legítimo mecanismo de inclusão social dos trabalhadores, sobretudo os de menor poder aquisitivo".

Ideli informa, em seu parecer, que o IBGE aponta que apenas 14% da população brasileira vão ao cinema regularmente, 96% não frequentam museus, 93% nunca foram a uma exposição de arte e 78% jamais assistiram a um espetáculo de dança. A parlamentar destaca ainda que a iniciativa beneficia e fortalece as cadeias produtivas da cultura, com geração de emprego e renda.



Iniciativa do governo federal encontra-se em regime de urgência na ordem do dia do Plenário



Fotografias ficarão expostas no Salão Branco do Congresso até este sábado

Exposição fotográfica revela riqueza da biodiversidade

A mostra fotográfica *Floresça! Imagens da Fronteira da Conservação* está em cartaz no Salão Branco do Congresso Nacional até o próximo sábado. As fotos mostram áreas importantes para a biodiversidade do planeta e a relação de interdependência entre homem e natureza. O horário de visitação é das 9h às 20h30, com entrada gratuita.

A exposição foi inaugurada em setembro, em Londres, Inglaterra, e também já esteve em cartaz no Rio de Janeiro (RJ). Projetos de conservação da natureza e da manutenção da biodiversidade também estão exemplificados nas imagens e

nas legendas que as acompanham.

O evento é organizado pelo projeto Aliança Conservação em Foco, da BG Brasil, em parceria com a organização não governamental Conservação Internacional. As fotografias foram feitas durante expedições financiadas pelo grupos organizadores da exposição.

Um programa educativo com visitas guiadas foi elaborado para atender grupos e escolas, em parceria com os núcleos educativos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e de Brasília. Mais informações pelo telefone: (61) 3367-6303.

Artistas do Senado fazem Pratas da Casa em Concerto

O Teatro Nacional Cláudio Santoro, de Brasília, abre a Sala Villa-Lobos, amanhã, a partir das 20h30, para o espetáculo *Pratas da Casa em Concerto*. O show, que marca o encerramento da edição 2009 do projeto Pratas da Casa, do programa Senado Cultural, reunirá artistas-servidores da Casa que se apresentarão acompanhados pelo BSB Trio Brasil.

Logo em seguida haverá o lançamento do livro *Salão de humor da anistia*. Convites para o show serão distribuídos gratuitamente na entrada da Sala Villa-Lobos.

A versão 2009 do Pratas da Casa estreou no dia 8 de setembro e foi encerrada em 25 de novembro. Apresentaram-se ao longo desse período no auditório do Interlegis a assessora parlamentar Vanessa Pinheiro; o jornalista da TV Senado Assis Medeiros; as bandas Brasília 7 Zero (cujo guitarrista é o analista de sistemas do Prodasen Daniel Reis) e O Rei e o Plebeu (na qual o assessor parlamentar Fernando Neves canta e toca baixo); Angela Brandão e o Grupo Marambaia; o Coral do Senado; a cantora Cássia Portugal – acompanhada pelo percussionista Wilson Pereira de Carva-

lho Filho (diretor-administrativo da Secretaria de Coordenação e Execução da Diretoria-Geral) e banda; o grupo Ventos e Tempestades (que tem o editor da TV Senado Carlos Penna Brescianini como vocalista e o assessor parlamentar Alexandre Inácio Ladeira, na guitarra); o assessor do Cerimonial da Presidência do Senado Sthel Nogueira; e o jornalista da Agência Senado Nelson Oliveira.

Foram homenageados os seguintes artistas: Dolores Duran, Nara Leão, Roberto Carlos, Raul Seixas, Luiz Gonzaga, Heitor Villa-Lobos e Jair Rodrigues.

A regente do Coral, Glicínia Mendes, formatou e organizou o show *Pratas da Casa em Concerto* para o encerramento do projeto este ano.

Por questões de agenda, Assis Medeiros não se apresentará no Teatro Nacional. Fernando Neves, da banda o Rei e o Plebeu, também não poderá dividir o palco com os colegas por compromissos profissionais.

Dois artistas que não se apresentaram no Interlegis reforçarão o espetáculo de encerramento: o médico José Mario Simil e a assessora parlamentar da Liderança do Governo Anne Evans.

Chargistas autografam Salão de humor da anistia

Amanhã, após o show *Pratas da Casa em Concerto*, os chargistas Claudius, Gougou, Guidacci, Lopes, Luiz Gê e Ivan Souza, filho de Henfil, autografarão exemplares de *Salão de humor da anistia*, livro lançado pelo programa Senado Cultural, em colaboração

com o Centro de Memória Digital da UnB, em comemoração aos 30 anos da Lei da Anistia. A publicação reúne charges sobre o tema e o contexto histórico em que foram publicadas no *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Pasquim*, *Movi-*

mento, *Folha da Tarde* e *Jornal de Brasília*. Também estão no livro obras de Chico Caruso, Glauco, Henfil, Jaguar, Lan, Nani, Otávio e Ziraldo. A organização do volume, textos e a edição de imagens são do consultor do Senado Marcos Magalhães.

Substitutivo de Antonio Carlos Júnior a seis propostas trata do Conselho Financeiro Nacional – que pode substituir o Conselho Monetário Nacional –, do Banco Central, das instituições financeiras, das tarifas bancárias e de outros temas

CCJ analisa projeto sobre o sistema financeiro nacional

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) começa a analisar projeto que estrutura o Sistema Financeiro Nacional. A proposição cria uma sistemática de fiscalização, pelo Congresso, sobre a execução das políticas monetária e cambial e formaliza a autonomia do Banco Central (BC). O texto prevê para as instituições financeiras públicas tratamento semelhante ao dado às entidades privadas e considera as administradoras de cartão de crédito instituições financeiras. Também cria taxa de fiscalização a ser paga pelas instituições ao BC para custear as atividades de fiscalização e supervisão do Sistema Financeiro Nacional.



Antonio Carlos Júnior é autor do texto que reúne seis projetos do Senado

A proposta – um substitutivo de Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) ao PLS 102/07-Complementar, de Arthur Virgílio (PSDB-AM), e que incorpora sugestões de outros cinco projetos – trata do Conselho Financeiro Nacional, do BC, das instituições financeiras e das tarifas bancárias, entre outros temas. O texto estabelece que os presidentes da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados e da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado participam, sem direito a voto, das reuniões do Conselho Financeiro Nacional, novo nome para o Conselho Monetário Nacional.

Na parte relativa ao Banco Central, determina que os mandatos do presidente da República e da diretoria do banco não serão coincidentes e que os diretores só perderão seus mandatos por iniciativa do presidente da República, devidamente aprovada pelo Senado. Além disso, proíbe os membros da diretoria de manterem participação acionária superior a 1% em instituição do sistema financeiro que esteja sob a supervisão do BC.

A proposição equipara o governador e o secretário de Fazenda dos governos estaduais e do Distrito Federal, para os fins de responsabilização civil, aos dirigentes de instituições financeiras públicas subordinadas a sua autoridade, de forma que ficam solidariamente responsáveis pelos atos de gestão que esses praticarem.

Quando às tarifas bancárias, o substitutivo define os serviços que serão prestados obrigatoriamente e sem a cobrança de tarifas e apresenta requisitos para a cobrança pela prestação de serviços. Nas disposições finais, a proposta exige que o BC comunique às autoridades competentes qualquer ato lesivo ao patrimônio de instituição financeira pública, a prática de ato irregular envolvendo recursos públicos ou qualquer irregularidade em área de competência de outros órgãos públicos.

Tramitação

No Senado, o projeto será votado ainda na CAE e, em seguida, no Plenário. Ele tramita em conjunto com o PLS 72/07, também de Arthur Virgílio, que trata da nomeação e da demissão do presidente e dos diretores do BC; com o PLS 497/07, de Valdir Raupp (PMDB-RO), que regulamenta dispositivo da Constituição proibindo a cobrança de tarifas sobre a emissão, a compensação e o pagamento de cheques emitidos por correntistas de instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BC; o PLS 595/07, de Ideli Salvatti (PT-SC) e Flávio Arns (PSDB-PR), que regulamenta a cobrança de tarifas por parte das instituições autorizadas a funcionar pelo BC; o PLS 678/07, de Adelmir Santana (DEM-DF), que inclui entre as instituições financeiras as empresas participantes da indústria de cartões de crédito e de débito; e o PLS 19/09, de Raimundo Colombo (DEM-SC), que estabelece a autonomia operacional do BC.

Reestruturação

Proposta cria uma sistemática de fiscalização, pelo Congresso, sobre a execução das políticas monetária e cambial e formaliza a autonomia do Banco Central

Projeto possibilita diálogo entre Conselho Financeiro Nacional e Congresso Nacional
O nome Conselho Monetário Nacional (CMN) é substituído por Conselho Financeiro Nacional (CFN), integrado pelos ministros da Fazenda, como presidente, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, além do presidente do Banco Central.
Os presidentes da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados e da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado participam das reuniões do CFN, sem direito a voto.
O presidente do CFN comparecerá às comissões de Finanças e Tributação da Câmara e de Assuntos Econômicos do Senado, em março de cada ano, para debater as metas e prioridades das entidades de supervisão e fiscalização para o ano seguinte e apresentar esclarecimentos sobre a prestação de contas do BC sobre as atividades de supervisão e fiscalização.
O CFN deverá regular a constituição, a organização e o funcionamento das instituições autorizadas a funcionar nos mercados financeiro, de capitais, de seguros e de previdência.
Para facilitar a entrada no mercado de crédito de instituições que não arriquem recursos de terceiros, haverá regulamentação específica sobre o funcionamento de instituições que trabalhem exclusivamente na concessão de crédito e não captem recursos no mercado interno.
É criada taxa de fiscalização a ser paga pelas instituições do Sistema Financeiro Nacional ao Banco Central, com o objetivo de custear as atividades de fiscalização e supervisão do sistema.
Texto prevê mecanismos para assegurar autonomia do Banco Central
São mantidas as funções atuais do Banco Central – formulação e execução das políticas monetária e cambial e fiscalização das instituições financeiras.
O objetivo principal do BC é “a defesa da estabilidade de preços”
A direção do Banco Central será composta por um presidente e oito diretores.
Os membros da diretoria do BC serão nomeados pelo presidente da República, após aprovação de seus nomes pelo Senado.
Os diretores do BC terão mandato de quatro anos, admitida a recondução, e só perderão seus mandatos a pedido ou por iniciativa do presidente da República devidamente justificada e aprovada pelo Senado.
É proibido aos membros da diretoria do BC e a seus cônjuges, concubinos e parentes até o segundo grau manter participação acionária superior a 1% em instituição do sistema financeiro que esteja sob a supervisão ou fiscalização do Banco Central.
Estabelecida quarentena de seis meses, durante a qual os ex-membros da diretoria do BC estarão impedidos de trabalhar para instituições do Sistema Financeiro Nacional e de participar de seu controle societário.
Projeto aumenta concorrência na concessão de crédito
Para aumentar a concorrência na concessão de crédito, a autorização para funcionamento de instituições financeiras que trabalhem exclusivamente na oferta de empréstimos e não captem recursos no país será feita por processo simplificado.
As operações ativas financiadas com recursos de fundos orçamentários ou de poupança compulsória somente poderão ser realizadas quando comprovado o efetivo ingresso dos recursos.
Institui o Fundo de Garantia de Depósitos (FGD), em substituição ao Fundo Garantidor de Créditos. O FGD compõe o Sistema de Garantia de Depósitos e Aplicações em instituições financeiras, que tem por objetivo a proteção da economia popular contra os riscos de prejuízos associados à insolvência de instituição financeira.
O prazo para prescrição das infrações contra as normas definidas pelo Banco Central é de dez anos, contados da prática do ilícito ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que essa tiver terminado.
Serviços livres de tarifa bancária e requisitos para a cobrança são definidos em projeto
A fixação de preços das tarifas por serviços prestados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central é livre, mas a lei define condições e limites.
As instituições poderão cobrar pela prestação de serviços, quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições: os serviços constarem de relação elaborada pelo BC, as tarifas e a periodicidade da cobrança tiverem sido divulgadas de modo visível nas agências, com antecedência mínima de 30 dias, e outras condições estipuladas pelo Conselho Financeiro Nacional.
Serão prestados obrigatoriamente e sem a cobrança de tarifas, os seguintes serviços: fornecimento e reposição de cartão magnético para movimentação de conta corrente, exceto quando a reposição decorra de razões que não podem ser atribuídas às instituições; fornecimento de um talonário de cheques com dez folhas por mês, se solicitado pelo usuário; fornecimento de um extrato detalhado da movimentação da conta corrente por mês; outros serviços estipulados pelo Conselho Financeiro Nacional.
É proibida também a cobrança de tarifas relativas a contas destinadas exclusivamente ao recebimento de salários, aposentadorias, pensões e similares e à transferência desses recursos para conta do mesmo titular em outra instituição; à manutenção de contas de depósito de poupança; ao débito em conta corrente cujo saldo seja inferior ao débito ou que não apresente movimentação por período superior a seis meses; a serviços cuja execução seja condição para a prestação de outros serviços; à emissão, à compensação e ao pagamento de cheques emitidos por titulares de contas correntes em instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

Proposta amplia proteção a criança e jovem em risco

O respeito à dignidade e à integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, poderá ser ampliado se aprovado projeto de Paulo Paim (PT-RS). A proposta será votada amanhã, em decisão terminativa, pela CCJ, e seguirá para a Câmara.

A medida (PLS 46/06) pretende possibilitar que o detentor da guarda ou da posse de fato de criança ou adolescente em risco de sofrer assédio por parte de pedófilos e traficantes requeira ao juiz competente medidas necessárias para assegurar a integridade do menor.

O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), preservou a intenção de Paim de possibilitar, por ordem judicial, o afastamento da criança ou do adolescente de pessoas que possam colocar em risco sua integridade física, psíquica e moral. Mas, por meio de emenda, suprimiu outro dispositivo que pretendia submeter quem descurasse dessa decisão judicial a pena de detenção de seis meses a três anos, mais multa.

“Entendemos que aqueles que afrontarem a ordem judicial deverão incidir no crime de desobediência, já previsto no Código Penal”, justificou Raupp.

Código Penal pode prever novo tipo de crime sexual

O crime de induzir menor de 14 anos a praticar ato libidinoso pode ser inserido no capítulo do Código Penal que trata dos crimes sexuais contra pessoa vulnerável.

O projeto prevê pena de reclusão de dois a cinco anos para esse tipo de crime e deverá ser colocado amanhã em votação na Comissão de Constituição e Justiça, em decisão terminativa.

A proposta (PLS 537/07), de Papaléo Paes (PSDB-AP), recebeu substitutivo de Kátia Abreu (DEM-TO).

A relatora argumentou que “o induzimento do menor de 14 à prática de ato libidinoso não se subsume em nenhum tipo penal, sendo necessário, então, suprir essa lacuna”.

O PLS 537/07 tramita em conjunto com o PLS 105/06, de Valdir Raupp (PMDB-RO), e o PLS 689/07, de Serys Slhessarenko (PT-MT), ambos com parecer de Kátia Abreu pela rejeição.

Recurso desviado pode reforçar fundo para menores

O Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente poderá receber nova injeção de recursos, caso seja transformado em lei projeto que direciona a esse órgão dinheiro obtido ilegalmente por agentes públicos e recuperado pelo poder público.

A proposta (PLS 393/05), de

Patrícia Saboya (PDT-CE), já acolhida na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), será votada amanhã em decisão terminativa pela CCJ, onde a relatora é Serys Slhessarenko (PT-MT).

O objetivo é alimentar o fundo com valores obtidos, por exemplo, pelo pagamento de propina a gestor público e

recuperados, por via administrativa ou judicial, pelas diferentes instâncias do poder público. Só ficarão excluídos dessa destinação os recursos já vinculados a outra área pela Constituição.

O projeto classifica como ato ilícito qualquer ação ou omissão, intencional ou não, que leve a perda patrimonial,

desvio, apropriação ou dilapidação de bens. Também abre a possibilidade de se aplicar no fundo valores obtidos por pessoas que não sejam agentes públicos, mas que tenham induzido ou concorrido para a prática de ato ilícito ou que dele se beneficie de forma direta ou indireta.

Prazo menor para registro de desaparecimento de crianças

Os órgãos policiais deverão registrar comunicados relativos ao desaparecimento de crianças e adolescentes uma hora após a notificação, dando início às investigações com o objetivo de localizar o menor no prazo máximo de seis horas desde a formalização da ocorrência. Prevista em projeto (PLS 285/05) do senador Pedro Simon (PMDB-RS), a medida poderá ser examinada pela CCJ na reunião de amanhã.

Atualmente, não existe norma legal sobre o assunto, mas geralmente a autoridade policial espera 24 horas para registrar o desaparecimento, só então iniciando as providências para investigar. Conforme Simon, é importante mobilizar as autoridades para realizar a busca do menor desaparecido assim que ocorrer a comunicação, a fim de se reduzir o número de casos insolúveis.

Nova tentativa

Com esse projeto, Simon está fazendo sua segunda tentativa de incluir na legislação regra para determinar prazo para registro e início de investigação sobre desaparecimento de menores de 18 anos. Na justificativa, ele esclarece que o Senado já havia aprovado outra proposta de sua autoria com a mesma finalidade, mas o texto recebeu parecer contrário na Câmara dos Deputados, o que determinou seu arquivamento.

Diante do alto índice de desaparecimento de menores



Simon afirma que 200 mil pessoas desaparecem no país a cada ano

em todo o país, ele disse ser oportuno tratar do tema e garantir rapidez para o início das investigações. Por essa razão, justificou, ele tomou a decisão de reapresentar a proposta anterior, votada em 1997.

Dimensão

Pelos dados citados por Simon, mais de 200 mil pessoas desaparecem no país a cada ano, número que, como afirmou, não pode ser desconsiderado. Segundo ele, a frequência de menores nesse grupo é constatada pela divulgação de fotos nos veículos de comunicação e também em contas de serviços públicos e embalagens de produtos utilizadas como meio de divulgação dos casos.

Como destacado pelo senador, diversas organizações não governamentais (ONGs) vêm sendo criadas com o propósito de localizar desaparecidos. O relator do projeto na CCJ é Valdir Raupp (PMDB-RO), que ainda não divulgou o relatório.

Doação de bem apreendido deve priorizar conselhos tutelares

Bens apreendidos em definitivo por órgãos públicos federais devem ser prioritariamente doados pela União aos fundos instituídos para dar suporte à rede de conselhos tutelares e aos conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, estruturados em municípios, estados e também no plano nacional. É o que estabelece projeto (PLS 330/09) do senador Romero Jucá (PMDB-RR) na pauta que será examinada amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Encarregada de garantir as medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, a rede de conselhos ainda enfrenta sérias dificuldades para cumprir suas finalidades. Na avaliação de Jucá, isso se deve principalmente à insuficiência de recursos financeiros a eles repassados. Conforme avaliações publicadas, o problema é maior nos municípios, onde a obrigação de garantir condições de trabalho aos conselhos nem sempre é cumprida pelas prefeituras.

Com a aprovação do projeto, o senador espera ser possível minorar as carências de recursos e equipamentos desses conselhos, responsáveis por denunciar maus-tratos ou assegurar vagas em creches e escolas, entre outros temas que afetam os menores. Em voto favorável ao



Projeto de Romero Jucá está na pauta da reunião de amanhã da CCJ

projeto, a relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), afirma que a medida favorece os conselhos, com reflexos positivos para toda a sociedade.

Os bens a serem doados podem resultar das operações de órgãos como a Receita Federal, a Polícia Federal e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), entre outros. Pelo texto, cada conselho deverá fixar critérios para utilização do que for recebido, com prioridade para atividades relacionadas ao atendimento das crianças e dos adolescentes.

Como o exame ocorrerá em decisão terminativa, a matéria poderá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados. Antes, o projeto recebeu parecer favorável na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Cinco comissões discutem hoje proposta de substituir cobrança de tributo sobre folha de pagamento por contribuição de 0,50% sobre movimentação financeira

Mudança no recolhimento do INSS de empresa em debate

A SUBSTITUIÇÃO DO recolhimento do INSS das empresas sobre a folha de pagamento por uma contribuição de 0,50% sobre a movimentação financeira é o tema de seminário promovido hoje em conjunto pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e quatro comissões da Câmara. O evento terá início às 14h, na sala 3 da Ala Alexandre Costa.

Os defensores da mudança no recolhimento do INSS alegam que a contribuição de 0,50% resultará em maior arrecadação para a Previdência, colaborando para a redução do seu histórico déficit orçamentário. Segundo um dos convidados do seminário, Luigi Nese (presidente da Confederação Nacional de Serviços), a arrecadação da Previdência foi, em 2008, de R\$ 47,5 bilhões, enquanto o déficit registrado ficou em R\$ 37 bilhões. Se a contribuição sobre a movimentação financeira estivesse em vigor, sustenta ele,



Senador Renato Casagrande requereu a realização do seminário

o governo teria arrecadado R\$ 56,5 bilhões.

A primeira mesa terá como expositor Marcos Cintra, secretário municipal do Trabalho de São Paulo, e como debatedores os ministros Carlos Luppi, do Trabalho e Emprego; José Pimentel, da Previdência Social; e Guido Mantega, da Fazenda. O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), presidente da CCT, será o

coordenador dos trabalhos.

Na segunda mesa, o expositor será o deputado Armando Monteiro, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), sendo debatedores Antonio Oliveira Santos, presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo; Luigi Nese e Antonio Carlos Rego Gil, presidente da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom).

O seminário foi requerido pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES) e pelos deputados Júlio Semeghini (PSDB-SP), Edson Ezequiel (PMDB-RJ), Virgílio Guimarães (PT-MG) e Daniel Almeida (PCdoB-BA). A CCT promove o evento conjuntamente com as comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (Cdeic), de Trabalho, Administração e Serviço Público (Ctasp) e de Finanças e Tributação (CFT), todas da Câmara.

Licença-paternidade poderá ser ampliada com falta da mãe

Projeto que prevê a possibilidade de licença-paternidade com mesmo período da licença-maternidade quando da falta da mãe poderá ser votado amanhã pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta é do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e receberá decisão terminativa da comissão.

De acordo com a proposta (PLS 165/06), o pai passará a ter direito à licença-paternidade por todo o período da licença-maternidade ou pela parte restante que dela caberia à mãe quando esta falecer, for acometida de enfermidade grave ou abandonar o filho. A medida beneficiará ainda o pai que detiver a guarda exclusiva do filho.

A proposta também prevê que empregado responsável

por criança de até três anos que seja portadora de deficiência física, sensorial ou mental, que trabalhe em empresa com mais de 50 funcionários, poderá se ausentar do trabalho por até dez horas semanais, sem prejuízo da remuneração. A proposta ainda prevê o benefício quando o filho possuir doença que exija tratamento continuado. As horas não trabalhadas deverão ser compensadas.

Outra proposta que consta da pauta da CAS, composta de 33 itens, é o PLS 161/09, de Serys Slhessarenko (PT-MT), que altera a legislação de custeio da Previdência Social (Lei 8.212/91) para reduzir a contribuição, tanto de empregados quanto de empregadores domésticos, para 6% do salário de contribuição.

O projeto de Serys também



Proposta de Valadares será examinada em decisão terminativa na CAS

prevê a instituição de uma Guia de Previdência Social Doméstica (GPSD), na qual são identificados o empregado e o empregador doméstico. A proposta ainda obriga a inscrição de todos os empregadores domésticos no Cadastro Específico do Instituto Nacional do Seguro Social (CEI-INSS).

A reunião da CAS está marcada para as 11h, na sala 9 da Ala Senador Alexandre Costa.

Senado presta homenagem a Pedro Teixeira

O Senado vai comemorar, em sessão especial nesta quinta-feira, os 370 anos da expedição amazônica do desbravador português Pedro Teixeira. O requerimento para a sessão é do senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Conhecido como "conquistador da Amazônia", o explorador, sertanista e militar português Pedro Teixeira produziu, segundo Mercadante, uma das maiores façanhas sertanistas no país. Em sua famosa expedição, Pedro Teixeira partiu de Gurupá (PA), em outubro de 1637, e subiu os rios Amazonas e Negro, chegando até a cidade de Quito, atual capital do Equador.

Paim relata participação em encontros em municípios do RS

Paulo Paim (PT-RS) relatou em Plenário visitas que fez nos últimos dias a municípios gaúchos. O senador esteve, por exemplo, em Santa Ros, onde proferiu palestra para idosos. Afirmou que os eleitores devem agora pressionar os deputados pela aprovação do projeto de lei que determina o reajuste real para as aposentadorias.

Em Cândido Godoy, o senador participou do 2º Fórum Estadual da Terceira Idade. Em Santo Cristo, visitou escolas, casas e estabelecimentos comerciais destruídos pelos vendavais que atingiram a região. Em São Jerônimo, participou de debate sobre desenvolvimento sus-



Paim exorta eleitores a pressionar por reajuste para aposentadorias

tentável da região carbonífera do estado. Em Charqueadas, participou de encontro com 300 líderes de associações de aposentados do estado.

Proposta polêmica está na pauta de amanhã da Comissão de Direitos Humanos, mas há dois pedidos para a realização de novos debates, o que adiaria a decisão

Comissão analisa projeto que criminaliza homofobia

OS DOIS PRIMEIROS itens da pauta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) são requerimentos para uma nova audiência pública sobre o projeto de lei que criminaliza a homofobia e a discriminação de mulheres, idosos e deficientes. Se os requerimentos forem aprovados, a votação do projeto – que também está na pauta do colegiado – terá de ser adiada. A comissão se reúne amanhã.

A proposta de criminalização da homofobia e da discriminação por orientação sexual, sexo e gênero causa polêmica no Senado. Por um lado, parlamentares como Fátima Cleide (PT-RO), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Patrícia Saboya (PDT-CE) defendem sua aprovação. Por outro, senadores como Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Magno Malta (PR-ES) são contra a matéria – eles são os autores dos requerimentos de audiência.

Fátima Cleide é a relatora do texto, que teve origem na Câmara dos Deputados – a autora é a ex-deputada federal Iara Bernardi. Ao defender o projeto no mês passado, a senadora afirmou que a intolerância com homossexuais resultou em 122 assassinatos em 2008.



Relatora Fátima Cleide argumenta que homofobia causou 122 mortes em 2008

– Se essas vidas não importam, então podemos dizer que não existe homofobia no país – declarou.

Já Marcelo Crivella argumenta que o projeto é inconstitucional porque impediria o direito à livre expressão.

– Essa proposta fere todo sacerdote, todo padre, todo pastor e todo pai que queira ensinar ao filho que homossexualidade é pecado – disse.

Idosos e deficientes

Aprovado no final de 2006 pela Câmara, onde foi examinado sob a forma do PL 5.003/01, o projeto tramita desde então no Senado, como PLC 122/06. No mês passado, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou substitutivo de Fátima Cleide à



Crivella afirma que projeto contraria direito constitucional de livre opinião

proposta, que, assim, voltou à Comissão de Direitos Humanos.

No substitutivo, a senadora incluiu entre as atitudes discriminatórias que se tornariam crime as praticadas contra mulheres, idosos e deficientes. A relatora destaca que o substitutivo não cria novos tipos penais, apenas estende – alterando a Lei 7.716/89 – os tipos já existentes referentes à discriminação contra homossexuais, mulheres, idosos e pessoas com deficiência.

Além da CDH, a proposta ainda será votada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e pelo Plenário. Caso aprovado no Senado, o projeto volta à Câmara dos Deputados, uma vez que foi modificado pelos senadores.

CE examina crédito educativo para alunos de pós-graduação

A criação do Programa de Crédito Educativo para cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado no Brasil e no exterior é o que estabelece projeto que será votado hoje pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

De acordo com a proposta (PLS 492/08), de iniciativa do senador João Tenório (PSDB-AL), poderão se beneficiar do programa estudantes que tenham sido aceitos ou estejam matriculados em cursos credenciados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O projeto também inclui estudantes que sejam servidores públicos ou funcionários de fundações e empresas de economia mista matriculados em estabelecimentos de ensino no exterior.

Conforme o projeto, a concessão de crédito será de até três anos para mestrado e de quatro anos para doutorado, e corresponderá a dois terços da anuidade média cobrada pelas instituições privadas no Brasil. Sobre o montante de crédito será cobrada, mensal e cumulativamente, a taxa de juros de longo prazo (TJLP) e concedida carência de dois anos após a última parcela do crédito paga ao estudante.

No seu parecer favorável, Rosalba Ciarlini (DEM-RN) afirma que a sistemática de financiamento dos cursos de pós-gra-



Proposta de João Tenório inclui quem faz mestrado ou doutorado no exterior

duação precisa ser revista. Na opinião da senadora, são gastas quantias consideráveis dos cofres públicos para manter vagas gratuitas e conceder bolsas a fundo perdido a estudantes que, muitas vezes, não precisam delas, enquanto alunos carentes não conseguem ter acesso aos benefícios.

Caso seja aprovada na CE, a matéria seguirá para votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em decisão terminativa.

A CE votará em turno suplementar substitutivo ao PLS 447/07, que inclui a participação dos pais em reuniões escolares como condição adicional para o recebimento de benefício do Programa Nacional de Renda Mínima, vinculado à educação.

Segundo a relatora, Marisa Serrano (PSDB-MS), a presença dos pais nas reuniões trará inserção da comunidade na proposta pedagógica da escola.

Doação educacional poderá ser deduzida do IR

A Comissão de Direitos Humanos também examinará amanhã projeto do senador Jefferson Praia (PDT-AM) que permite que despesas com a educação de crianças e adolescentes realizadas por meio de doações a instituições assistenciais possam ser deduzidas do Imposto de Renda.

O projeto (PLS 378/09) recebeu voto favorável do relator, Osvaldo Sobrinho (PTB-MT). Em seu relatório, o parlamentar destaca que a legislação tributária já admite a dedução de despesas com a educação de crianças e adolescentes pobres dos quais o contribuinte tenha a guarda judicial, mas não prevê a dedução para os casos de “apadrinhamento” por meio de doações a instituições assistenciais.

A matéria, além de tramitar na Comissão de Direitos Humanos, terá de ser examinada em outras duas comissões do Senado: a de Educação, Cultura e Esporte (CE) e a de Assuntos Econômicos (CAE) – sendo que nessa última será votada em decisão terminativa.

Alunos canhotos

Outro projeto sobre educação que tramita na Comissão de Direitos Humanos é o PLS 305/08, de Marconi Perillo (PSDB-GO). A proposta autoriza o governo a instalar, em todas as escolas da rede pública, cadeiras escolares para alunos canhotos.

A relatora da matéria, senadora Fátima Cleide (PT-RO), defende a aprovação, mas apresentou uma emenda que torna o texto mais específico. De acor-

do com essa modificação, “será obrigatória a adoção, em todas as escolas públicas e privadas que ofereçam educação básica para crianças e adolescentes, de mobiliário adequado ao uso de estudantes destros, canhotos e portadores de necessidades especiais”. Assim, além de especificar a obrigatoriedade para a educação básica, a relatora também estendeu a medida às escolas privadas.

O projeto – que já recebeu parecer favorável na CE – será votado na CDH em decisão terminativa.

Também está na pauta da comissão o PLS 228/08, da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), que estabelece regras para o tratamento médico de crianças e adolescentes por meio de planos de saúde.

Arns relata eventos promovidos pela Comissão de Educação

O senador Flávio Arns (PSDB-PR), ex-presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), ressaltou em Plenário eventos promovidos pelo colegiado. Destacou as audiências públicas em homenagem aos Educadores Nota 10 e ao Diretor de Escola Nota 10, premiados pela Fundação Víctor Civita há cerca de dois meses, em São Paulo.

Arns também lembrou a homenagem aos 70 mil escoteiros brasileiros que participaram de uma ação ecológica em que três foram selecionados para uma viagem à Antártica por meio do programa Proantar. Os agraciados estiveram na CE para receber a homenagem da comissão.

Flávio Arns anunciou ainda homenagem que será prestada pela CE amanhã a compositores, cantores e músicos da velha-



Arns, ex-presidente da comissão, destaca homenagem a escoteiros

guarda. Ele informou que serão debatidas as necessidades e os desafios do processo de envelhecimento da categoria, uma vez que muitos não contribuíram para a Previdência.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) parabenizou, em aparte, o trabalho de Arns em favor das pessoas com deficiência.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Roberto Cavalcanti • Mão Santa • Serys Slhessarenko • Papaléo Paes

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Mão Santa comemora oito décadas de instituição que tem 6 mil membros

Homenagem ao Colégio Brasileiro de Cirurgiões

Mão Santa (PSC-PI) prestou ontem homenagem ao Colégio Brasileiro de Cirurgiões (CBC), que completa oito décadas. Segundo ele, a instituição, que congrega, entre outros 6 mil membros, desde 1971, ele próprio e o senador Papaléo Paes (PSDB-AP), é responsável pelo desenvolvimento do ofício da cirurgia no país.

De acordo com o parlamentar, o colégio, com sede no Rio de Janeiro, se tornou centro de referência em cirurgia, reconhecido internacionalmente – as publicações do site do CBC, de acordo com ele, são reproduzidas em sites especializados em cirurgia do mundo todo.

Mão Santa disse ainda que a instituição procura incentivar a produção científica mediante a promoção da educação continuada, de congressos e da concessão de prêmios anuais para as publicações de maior destaque.

Sadi Cassol destaca 1ª Feira da Moda do Tocantins

Sadi Cassol (PT-TO) assinalou o sucesso da 1ª Feira da Moda do Tocantins, realizada de quinta-feira a domingo últimos. A feira, informou, recebeu mais de 20 mil visitantes por dia e faturou mais de R\$ 30 milhões, superando todas as expectativas. Participaram mais de 200 expositores de 14 municípios.

O senador parabenizou o prefeito de Palmas, Raul Filho, pela realização da feira; a vice-prefeita, Edna Agnolin, presidente do Comitê Gestor do Polo de Confecções do estado; e ainda destacou o apoio do governador do estado, Carlos Henrique Gaguim, e do governo federal à realização do evento.

A feira, que contou com espaço exclusivo para fornecedores de matérias-primas e maquinário, foi uma forte demonstração do potencial econômico do estado, afirmou Sadi Cassol.



Sadi Cassol: feira demonstrou potencial econômico do Tocantins

Geraldo Magela diz que “o que eu vejo é que a oposição quer resolver as questões que são de seu interesse, como a Lei Kandir, e votar dentro do prazo”

Orçamento pode ser votado no dia 17, afirma relator

EM ENTREVISTA COLETIVA, o relator-geral do Orçamento, deputado Geraldo Magela (PT-DF), disse que o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2010 poderá ser votado pelo Plenário do Congresso Nacional na quinta-feira da próxima semana, caso sejam cumpridos todos os prazos de tramitação da matéria na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Geraldo Magela espera que a votação dos dez relatórios setoriais seja concluída ainda esta semana na CMO. Até o momento foram entregues ao colegiado os relatórios de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (Área V), de autoria do deputado Miguel Corrêa (PT-MG); Poderes de Estado e Representação (Área VIII), do deputado Márcio França (PSB-SP); e Trabalho, Previdência e

Assistência Social, elaborado pelo deputado Nelson Meurer (PP-PR).

Em sua avaliação, é pequena a possibilidade de os partidos de oposição obstruírem os trabalhos na comissão tal como ocorreu no ano passado.

– Não acho que interesse à oposição ir para um confronto e paralisar obras. Pelo contrário, o que eu vejo é que a oposição quer resolver as questões que são do seu interesse, como a Lei Kandir, e votar o Orçamento dentro do prazo – disse Geraldo Magela.

Aposentados

O parlamentar reafirmou a sua intenção de deixar reservados recursos em seu relatório final para o pagamento de eventual aumento de aposentados e pensionistas da Previdência Social que venha a ser

concedido pelo governo após negociação com a categoria.

Saúde e agricultura

Magela anunciou a possibilidade de liberação de recursos adicionais para as áreas de saúde e agricultura. Segundo ele, cerca de R\$ de 2,5 bilhões a mais poderão ser destinados às duas áreas, desde que seja feita uma reestimativa de receita para cima e uma alteração na Resolução 1/06.

Obras irregulares

Com relação às obras irregulares, Magela informou que algumas poderão ser liberadas pelos membros da CMO, devido a esclarecimentos prestados por órgãos do Executivo em audiências promovidas pela comissão que contaram com a presença de membros do Tribunal de Contas da União (TCU).

Proposta de Alvaro obriga União a repor perdas de municípios

Citando o presidente da União Brasileira de Municípios (Ubam), Leonardo Santana, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou ontem que a prorrogação das isenções do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) terá como consequência para os municípios a perda de R\$ 700 milhões, devido à redução de 11,34% nos repasses para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A prorrogação das isenções ou reduções do IPI anunciada pelo governo vale para automóveis, construção civil e móveis.

– Mais uma vez o governo federal faz cortesia com o chapéu das administrações municipais.

Por essa razão, nós apresentamos um projeto que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal e obriga a União, ao adotar medidas que reduzam as receitas municipais, a repor as perdas dos municípios – afirmou.

A proposta de emenda à Constituição (PEC) apresentada pelo senador também determina que a União ficará obrigada a compartilhar com os municípios a receita oriunda das contribuições sociais, uma vez que representam 58% do total da arrecadação nacional.

Alvaro disse que o debate da próxima eleição presidencial deverá ser fundamentado em



Alvaro: “Debate eleitoral não deve se basear em coleção de mentiras”

sinceridade e exequibilidade, “e não em uma coleção de mentiras e promessas que serão descumpridas”. Segundo ele, a discussão do sistema federativo é indispensável, porque a Constituição repassou atribuições aos municípios, mas não os recursos.

Cavalcanti chama Nobel de “leviano”

“A quem interessam as declarações do senhor Krugman, a que interesses escusos poderia ele estar servindo ao tentar manipular o mercado, no momento em que houve enorme correria para se tentar abafar eventuais repercussões com a crise de Dubai, paraíso de investidores norte-americanos?” A pergunta foi feita pelo senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB), que demonstrou sua indignação com o fato de o economista Paul Krugman ter alertado para o fato de o fluxo de dólares para o Brasil ser uma bolha especulativa.

O economista, depois de declarar que tem aplicações em fundos que investem na moeda brasileira, manifestou sua intenção de se desfazer de suas posições por considerar estar havendo um otimismo exagerado com a economia



Roberto Cavalcanti diz que momento é de confiança nos destinos do Brasil

brasileira. Roberto Cavalcanti opinou que uma pessoa pública como Krugman, que já recebeu o Nobel de Economia, não pode ser “leviano”.

O senador também criticou observação do professor Sebastian Edwards, da Universidade da Califórnia, que disse que “o entusiasmo dos investidores reflete uma percepção de curto prazo, mas o Brasil não manterá esse desempenho sem uma evolução produtiva e de inovação”. O professor completou que a qualidade da educação brasileira é “deplorável” e que os obstáculos

burocráticos aos investimentos são ainda maiores.

– Mas a notícia que nos deixa esperançosos com relação ao futuro do país parte do coordenador-geral do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), Andreas Schleicher. Diz ele que o grande desafio para os sistemas de ensino é diagnosticar as falhas e ajudar os alunos a melhorarem. Acrescenta que, apesar de o Brasil precisar superar o abismo da falta de qualidade, comparando os últimos cinco ou seis anos, fizemos mais avanços do que Chile, México e a maioria dos países do continente americano – afirmou.

Conforme o senador, o momento é mais de confiança nos destinos do país do que de previsões catastróficas. Ele expôs previsão do economista-chefe do Citigroup para a América Latina, Alberto Ades, para quem a economia brasileira crescerá 5% em 2010, com inflação de 4% e superávit comercial de US\$ 14 bilhões.



João Pedro: “Vejo a democracia se consolidando na América Latina”

Reeleição de Evo Morales é elogiada por João Pedro

O resultado das eleições presidenciais da Bolívia, realizadas nesse fim de semana, nas quais Evo Morales foi reeleito, foi comemorado por João Pedro (PT-AM). Os números oficiais da contagem dos votos devem ser divulgados hoje, mas a expectativa, segundo pesquisas, é de que Morales tenha obtido mais que 60% dos votos. “Trata-se de uma liderança indígena, oriunda dos movimentos populares, reeleita com expressivo apoio”, disse o senador. Para João Pedro, o certame foi uma prova da consistência das instituições bolivianas. Ele comemorou a expressiva participação da população. “É com alegria que vejo a democracia se consolidando na América Latina. Hoje, temos presidentes de esquerda, comprometidos com o fim da pobreza”, afirmou.

O senador também registrou sua participação, em Manaus, do 66º Encontro Nacional do Sistema Crea/Confea.

Suplicy se dispõe a ser candidato ao governo paulista

Em carta enviada aos presidentes do Diretório do PT em São Paulo, Edinho Silva, e do Diretório Nacional do partido, Ricardo Berzoini, Eduardo Suplicy (PT-SP) colocou-se à disposição do partido para ser pré-candidato ao governo do estado. O senador defendeu a realização de uma prévia envolvendo seu nome e os de Marta Suplicy, Antonio Palocci, Fernando Haddad, Emídio de Souza e Arlindo Chinaglia.

– Considero fundamental o processo responsável de escolha que a direção do PT desencadeou e no qual, após consulta ao sentimento de nossas bases e da população, designou esses possíveis pré-candidatos, além de levar em conta o nome do deputado Ciro Gomes, do PSB, se houver entendimento com os partidos da base aliada. Estarei pronto a apoiar, com toda dedicação, a pessoa que for escolhida – disse.



Para Suplicy, prévia pode servir positivamente ao PT e ao país

GARIBALDI HOMENAGEIA EX-PREFEITO

Garibaldi Alves (PMDB-RN) apresentou ontem requerimento de pesar pela morte do ex-prefeito de Mossoró Antônio Rodrigues de Carvalho. O ex-prefeito faleceu no dia 3 de dezembro, vítima de problemas pulmonares e renais.

De acordo com o senador, Carvalho, que iniciou sua carreira política no movimento estudantil, assumiu o Executivo de Mossoró em plena ditadura militar, em 1968, sem o apoio do grupo político que ditava os rumos da cidade. Foi também deputado estadual e chanceler da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

VALTER PEREIRA LEMBRA EX-DEPUTADO

A MORTE DO médico ginecologista e obstetra e também ex-deputado estadual Nelson Buainain foi lamentada pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS). Aos 85 anos, Buainain faleceu vítima de câncer no fígado, no domingo, em Campo Grande. Segundo Valter Pereira, Buainain "sempre se perfilou nas fileiras da resistência democrática e destacou-se na luta contra a ditadura".

– Na sua trajetória política, Nelson Buainain pautou-se pela coerência aos seus ideais, pelo fino trato aos seus colegas e companheiros e pela seriedade com que encarava o mandato eletivo. Na vida privada, ele era médico competente e dotado de notável espírito público e conduta humanitária – afirmou.

SENADO PESQUISA CLIMA ORGANIZACIONAL

O Senado inicia amanhã uma pesquisa interna de clima organizacional. O trabalho é uma iniciativa da Secretaria de Recursos Humanos com apoio da Secretaria de Pesquisa de Opinião Pública (Sepop), da Secretaria Especial de Comunicação Social. O levantamento visa orientar a redefinição do modelo de gestão de recursos humanos da Casa e garantir bom nível de satisfação, eficiência e criatividade aos servidores no ambiente de trabalho.

A pesquisa não será feita com todos os servidores. Em razão do modelo estatístico adotado, o levantamento será direcionado a 519 servidores de 244 unidades.

Especialistas defendem mais autonomia para as agências

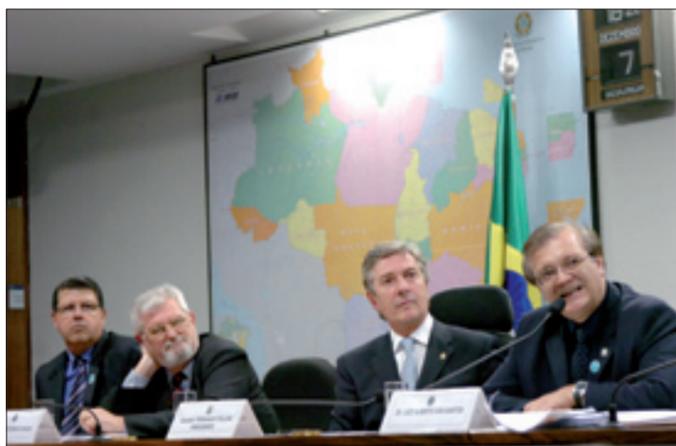
Participantes de audiência pública sobre a proposta que cria a Lei Geral das Agências Reguladoras afirmam que escolha dos diretores deve ficar livre de ingerências políticas

A NECESSIDADE DE mais autonomia técnica e financeira para as agências reguladoras brasileiras foi unanimidade entre os participantes de audiência pública que debateu a proposta do Executivo que institui a Lei Geral das Agências Reguladoras. O debate encerrou a série de audiências deste ano dentro da Agenda 2009-2015: Desafios Estratégicos Setoriais, que vem sendo promovida pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) desde o primeiro semestre.

A audiência foi dirigida pelo presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL), que debateu com os três palestrantes os possíveis avanços e retrocessos do projeto do governo (PL 3.337/04), que ainda tramita na Câmara dos Deputados. Todos concordaram que o processo de indicação e escolha dos dirigentes das agências precisa ficar livre de ingerências políticas.

O subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, Luiz Alberto dos Santos, defendeu a ampliação da prestação de contas por parte das agências reguladoras e a permanente fiscalização e o aperfeiçoamento dos marcos regulatórios de cada setor estratégico. Ele afirmou que a qualidade da regulação no Brasil ainda é inferior à média mundial, conforme análises de organismos internacionais.

Por sua vez, o presidente da



No debate na CI, Ralph Lima (E), Wanderlino Teixeira, Fernando Collor e Luiz Alberto

Associação Brasileira de Agências de Regulação (Abar), Wanderlino Teixeira de Carvalho, ressaltou que o tema é e deve ser encarado como questão estratégica para o Brasil. Para ele, a existência de uma ouvidoria em cada agência é essencial.

– A ouvidoria é uma janela entre a agência reguladora e a sociedade – assinalou o presidente da Abar, afirmando que as agências reguladoras precisam de garantias para que seus processos decisórios sejam céleres.

Ingerências

Fernando Collor e Wanderlino Teixeira concordaram que o processo de escolha dos dirigentes das agências (bem como o dos ouvidores) deve ficar livre de ingerências políticas.

– Para ser eficiente, não pode haver ingerência política na escolha dos membros do conselho

diretor da agência – observou Collor.

O vice-presidente-executivo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Ralph Lima Terra, defendeu a separação nítida das atribuições entre ministérios e agências. Para ele, a definição da política setorial e das diretrizes, além do planejamento das licitações e outorgas de serviços públicos, deve ficar a cargo de cada ministério. Às agências caberia realizar o processo de outorga, conduzir as licitações e gerenciar e fiscalizar a implementação dos contratos.

Fernando Collor manifestou seu apoio à ideia de que diretores e ouvidores das agências tenham mandato de quatro anos (sem recondução) e mandatos não coincidentes com o mandato do presidente da República.

Cristovam Buarque propõe o afastamento de Arruda

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu ontem, em Plenário, o afastamento do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, para que sejam apuradas as denúncias de corrupção que vieram à tona com a divulgação de fitas de vídeo mostrando a distribuição de dinheiro a deputados distritais, autoridades e empresários por um ex-secretário do governo local.

– Ele [Arruda] prestaria um serviço à cidade, como fez ao afastar os secretários de governo envolvidos nas denúncias de corrupção – afirmou.

Cristovam também defendeu a criação de uma CPI no Senado para apurar as denúncias de corrupção no governo do Distrito Federal, caso essa providência não seja adotada pela Câmara Legislativa do DF, "que parece controlada pelas mesmas forças que aparecem na televisão".

– Se não tiver lá, vai ter aqui. Vamos colher as assinaturas. Já temos sete – informou. O Regimento Interno do Senado exige 27 assinaturas no requerimento para a abertura de comissão parlamentar de inquérito.

O senador voltou a sugerir o entendimento entre os deputados distritais e os estudantes



Cristovam quer CPI do Senado caso a Câmara local não investigue corrupção

que na semana passada ocuparam o Plenário da Câmara Legislativa em protesto contra os atos de corrupção.

Cristovam chegou a apelar à juíza Júnia de Souza Antunes, que autorizou a Polícia Militar do Distrito Federal a retirar os estudantes, no sentido de que concedesse mais tempo para o diálogo entre as partes envolvidas.

Pouco antes de deixar a tribuna, no entanto, o senador foi informado de que a retomada da Câmara Legislativa pela polícia fora adiada. Cristovam recebeu apoio, em apartes, de Sadi Cassol (PT-TO), Eduardo Suplicy (PT-SP), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), João Pedro (PT-AM) e Alvaro Dias (PSDB-PR).

Papaléo quer saber qual o "real propósito" do Enem

Papaléo Paes (PSDB-AP) apresentou ontem requerimento solicitando ao Ministério da Educação (MEC) informações sobre o "real propósito" da aplicação das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O senador, que disse ter tido acesso a algumas das questões da prova aplicada no fim de semana, apontou a dificuldade de os estudantes responderem a 45 questões de Matemática e a 90 perguntas de outras matérias com alto grau de dificuldade de interpretação e, ao final, ainda terem de fazer uma redação.

Papaléo relatou que o jornal *O Estado de S. Paulo*, na edição de domingo, informou que professores de cursinho aconselharam os alunos a deixar a prova de redação de lado.

O senador disse que a falha na segurança, que obrigou o Ministério da Educação a cancelar a prova anterior, transferindo-a para esse fim de semana, gerou desconfianças – inclusive sua desconfiança pessoal – de que possa ter havido fraude também nessa última prova.

O parlamentar lembrou os prejuízos causados aos cofres



Papaléo encaminha requerimento solicitando informações ao MEC

públicos com a fraude, de cerca de R\$ 130 milhões, e considerou o Enem "um fracasso", pelo fato de a maioria das universidades não ter aceito os resultados da prova como forma de acesso ao ensino superior.

Calha Norte

Papaléo também elogiou o Programa Calha Norte – do Ministério da Defesa –, implantado há 24 anos na região Norte.

Ele afirmou que o programa, ultrapassando seu papel de manutenção da segurança estratégica nas fronteiras, beneficia a população local com segurança pública, transporte e acesso a localidades distantes.

Estudantes aprendem como funciona o Senado

Na última quinta-feira, cerca de 20 estudantes do Centro Educacional do Lago, no Distrito Federal, participaram do Projeto Jovem Cidadão, organizado pelo Senado Federal. O projeto foi criado com o objetivo de dar oportunidade a jovens estudantes de conhecer o funcionamento das atividades legislativas. Todos os alunos receberam certificado de participação no programa.

O estudante Álvaro Evangelista Couto Júnior, 16, foi um dos participantes. Ele falou sobre a importância de ver de perto a atuação dos senadores.

– É importante conhecer os trabalhos dos políticos, saber que a gente tem acesso ao Senado. Parlamentar é que



Haroldo Tajra, diretor-geral do Senado, fala aos alunos que participam do projeto

nem filho: a gente os coloca no mundo e tem que acompanhar para que eles façam a coisa certa – destacou o estudante.

Os jovens visitaram o Plenário, as comissões, a biblioteca e outros ambientes da Casa, além

de assistir a palestras feitas pelo diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), Fernando Cesar Mesquita, pelo diretor-geral da Casa, Haroldo Tajra, e pelo secretário-geral-adjunto da Mesa, Paulo Mohn.